DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Mala Direta Endereçada
Nº. 10.483.593/0001-48
Editora Gráfica Voz Regional LTDA
Correios

Ano XVII - Edição 1138 | Porto Velho - RO, 10 de novembro de 2026 | R$ 2,00

'Após demitir quase 700 servidores'

Câmara de Porto Velho enfrenta nova polêmica com recontratações questionadas no TCE

A Câmara Municipal de Porto Velho voltou ao centro de uma polêmica envolvendo seu quadro de servidores. Depois da exoneração de 698 ocupantes de cargos comissionados, a possibilidade de recontratação de parte desses profissionais passou a ser questionada no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

Leia mais na pág. 02



Exonerações em massa, questionamentos sobre novas nomeações e divergências entre vereadores ampliam a crise administrativa no Legislativo municipal.

Assembleia aprova R$ 10 milhões para garantir funcionamento da Fhemeron em Rondônia



Recursos deverão reforçar a manutenção dos serviços de coleta, processamento e distribuição de sangue.

PÁGINA 03

MPF firma acordo de R$ 189 mil que reforçará fiscalização de excesso de peso em veículos de carga em Rondônia

PÁG. 04

Porto Velho tem desconto de R$ 1,1 milhão no repasse federal do piso da enfermagem.



Ministério da Saúde homologou R$ 1,33 milhão para outubro, mas demonstrativo federal indica transferência de R$ 228 mil após compensação de saldo.

PÁGINA 06

Governo de Rondônia prevê R$ 10,2 milhões para regularização de cadastros ambientais rurais



Recursos do Fundo da Amazônia serão destinados à contratação de empresa para corrigir pendências e inconsistências em registros de imóveis rurais.

PÁGINA 03

Alisson Maia assume a Secretaria de Educação após trajetória em diferentes áreas da gestão pública



Natural de Porto Velho, o gestor construiu carreira em instituições do Governo de Rondônia, com atuação em áreas administrativas e estratégicas.

PÁGINA 04

Após demitir quase 700 servidores, Câmara de Porto Velho enfrenta nova polêmica com recontratações questionadas no TCE



Exonerações em massa, questionamentos sobre novas nomeações e divergências entre vereadores ampliam a crise administrativa no Legislativo municipal.

A Câmara Municipal de Porto Velho voltou ao centro de uma polêmica envolvendo seu quadro de servidores. Depois da exoneração de 698 ocupantes de cargos comissionados, a possibilidade de recontratação de parte desses profissionais passou a ser questionada no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

O episódio acrescenta um novo capítulo à crise administrativa que ganhou força após as eleições de outubro e provocou divergências entre integrantes do Legislativo municipal.

As exonerações foram determinadas durante a gestão do presidente da Câmara, vereador Gedeão Negreiros (PSDB), sob a justificativa de reorganização administrativa, contenção de despesas e necessidade de adequação às orientações do Tribunal de Contas.

Entretanto, informações sobre possíveis recontratações passaram a gerar questionamentos quanto à transparência dos procedimentos e ao cumprimento das regras administrativas. Segundo reportagens divulgadas neste domingo (8), os vereadores Breno Mendes e Dr. Santana levaram questionamentos sobre a situação ao TCE-RO.

A controvérsia ocorre em um momento delicado para o Legislativo, que também precisa lidar com o pagamento das verbas rescisórias dos servidores exonerados. A saída de centenas de funcionários provocou preocupação entre trabalhadores e familiares, especialmente diante da proximidade do fim do ano.

Por outro lado, a administração da Câmara sustenta que as exonerações integram medidas de adequação da estrutura funcional, inclusive diante das exigências relacionadas à proporção entre servidores efetivos e comissionados.

A população tem o direito de saber como são realizadas as contratações, quais critérios são utilizados para preencher os cargos e de que maneira os recursos públicos estão sendo administrados. Até o momento, os questionamentos sobre as recontratações não representam, por si só, comprovação de irregularidades. Caberá aos órgãos competentes analisar os procedimentos e verificar se houve descumprimento das normas.

Enquanto isso, a Câmara de Porto Velho enfrenta o desafio de reorganizar seu quadro funcional, prestar esclarecimentos à sociedade e evitar que a crise administrativa comprometa suas atividades legislativas.

Alisson Maia assume a Secretaria de Educação de Rondônia após trajetória em diferentes áreas da gestão pública



O novo secretário de Estado da Educação de Rondônia, Alisson Antônio Maia de Souza, assume a condução da pasta com experiência profissional em diferentes setores da administração estadual e formação acadêmica voltada ao planejamento, orçamento e gestão pública. Natural de Porto Velho, o gestor construiu carreira em instituições do Governo de Rondônia, com atuação em áreas administrativas e estratégicas.

Alisson é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Rondônia (Unir) e possui especializações em Planejamento, Finanças e Orçamento Público, Gestão de Finanças e Controladoria, além de Licitações e Contratos Administrativos. Atualmente, cursa mestrado acadêmico em Administração pela Unir.

A trajetória profissional inclui passagens pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações (Supel), Polícia Militar de Rondônia, Secretaria de Estado da Saúde e Fundo Estadual de Segurança Pública. Nessas instituições, desenvolveu atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, compras públicas, gestão de contratos e coordenação administrativa.

A experiência em diferentes órgãos estaduais proporcionou ao secretário conhecimento sobre processos administrativos, gestão de recursos públicos e organização de estruturas governamentais.

A chegada à Secretaria de Estado da Educação representa uma nova etapa na carreira do gestor. A pasta possui uma das maiores estruturas administrativas do Governo de Rondônia, com centenas de unidades escolares, milhares de servidores e estudantes distribuídos pelos municípios do estado.

Entre as áreas que exigem atenção da gestão estão o planejamento orçamentário, a infraestrutura escolar, a organização administrativa, a valorização dos profissionais e a execução das políticas públicas educacionais.

A experiência de Alisson em planejamento, finanças e gestão administrativa passa a integrar sua atuação à frente da secretaria, em uma área que envolve diretamente estudantes, professores, gestores escolares, famílias e toda a comunidade educacional. A condução da pasta também exige articulação com as unidades de ensino e acompanhamento das demandas das diferentes regiões de Rondônia, considerando as particularidades da rede estadual.

DIÁRIO RO diarioro.com.br
Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008
Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Após alerta de dificuldades financeiras, Assembleia aprova R$ 10 milhões para garantir funcionamento da Fhemeron em Rondônia

A Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia (Fhemeron), responsável por serviços fundamentais para o abastecimento de sangue na rede estadual de saúde, deverá receber um reforço orçamentário de até R$ 10 milhões após aprovação de projeto pela Assembleia Legislativa.

A medida foi autorizada pelos deputados estaduais durante sessão realizada na terça-feira (3), por meio do Projeto de Lei 1.578/2026, encaminhado pelo Governo de Rondônia.

A suplementação ocorre em um momento que exige atenção. Documentos apresentados pela própria instituição apontaram dificuldades orçamentárias ao longo de 2026, incluindo a necessidade de recomposição de recursos para despesas contínuas, reajustes e contratos.

Segundo a justificativa do projeto, a insuficiência financeira poderia comprometer o funcionamento das atividades e a regularidade dos serviços prestados à população. Por trás da decisão orçamentária, estão serviços que podem representar a diferença entre a vida e a morte.

O sangue coletado e processado pela Fhemeron é fundamental para diferentes atendimentos hospitalares, incluindo cirurgias, emergências e tratamentos de pacientes que necessitam de transfusões. Por isso, garantir o funcionamento adequado da instituição representa uma responsabilidade que ultrapassa questões administrativas.

Dos R$ 10 milhões autorizados, aproximadamente R$ 2,6 milhões estão previstos para assistência hematológica e hemoterápica. Outros R$ 7,4 milhões deverão atender despesas administrativas e operacionais, incluindo contratos, materiais e manutenção de equipamentos.

A aprovação do crédito suplementar é uma etapa importante, mas a efetiva disponibilização e aplicação dos recursos ainda depende dos procedimentos orçamentários correspondentes. O episódio também reforça a necessidade de planejamento financeiro para instituições essenciais, especialmente aquelas cuja interrupção de serviços poderia prejudicar diretamente pacientes da rede pública.



Recursos deverão reforçar a manutenção dos serviços de coleta, processamento e distribuição de sangue; instituição apontou risco de comprometimento das atividades por insuficiência orçamentária.

Para os rondonienses que dependem do sistema de saúde, a expectativa é que os recursos contribuam para manter o atendimento regular e assegurar a continuidade das atividades.

Malária avança em Porto Velho, ultrapassa 3,7 mil casos e acende alerta para a saúde pública

Uma doença antiga, conhecida por gerações de rondonienses, continua representando uma ameaça à saúde pública de Porto Velho. Dados divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) revelam que a capital registrou 3.742 casos de malária entre janeiro e 29 de outubro de 2026, um aumento de 7,5% em comparação com o mesmo período do ano passado.

A preocupação é ainda maior nas comunidades rurais e localidades onde as condições ambientais favorecem a presença do mosquito transmissor.

Na região da Bacia Leiteira, considerada uma das áreas que exigem atenção especial, a Prefeitura intensificou as ações de diagnóstico e tratamento. Uma das iniciativas ocorreu no Ramal dos Botos, onde equipes de saúde realizaram atividades voltadas à identificação da doença e ao atendimento da população.

A malária tem tratamento e cura, mas exige identificação rápida e acompanhamento adequado. Febre, calafrios, suor intenso, dor de cabeça e fraqueza estão entre os sinais que precisam de atenção.

O crescimento dos casos também levanta uma questão importante sobre a necessidade de ampliar a vigilância epidemiológica, facilitar o acesso aos exames e fortalecer as estratégias de prevenção nas áreas mais atingidas.

Governo de Rondônia prevê R$ 10,2 milhões para regularização de cadastros ambientais rurais

O governador Marcos Rocha (PSD) encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei autorizando a liberação de R$ 10.288.159,70 para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), com a finalidade de contratação de empresa especializada na retificação de Cadastros Ambientais Rurais (CAR).

O valor foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e será custeado com recursos não reembolsáveis do Fundo da Amazônia.

O dinheiro, de acordo com a mensagem, visa assegurar a continuidade das ações do Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado – PDSAI. O governo explicou que houve rescisão do contrato firmado anteriormente. A empresa anterior alegou dificuldades na execução do objeto.

Anteriormente, o cadastramento relativo à atividade do CAR foi realizado por meio de mutirões promovidos pela Sedam e pela Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater), além da atuação de técnicos particulares.

"Por se tratar de cadastro de natureza declaratória, grande parte dos registros apresentou pendências na fase de análise, entre elas sobreposições e inconsistências fundiárias e documentais, que impedem o avanço do processo de regularização ambiental", explicou.

O governo explicou, ainda, que cerca de 95% dos cadastros pendentes referem-se a pequenas propriedades rurais, com até 4 módulos fiscais – 240 hectares. Embora parte das inconsistências possa ser resolvida remotamente pela equipe técnica da Sedam, conflitos fundiários e pendências documentais exigem trabalho de campo, incluindo o levantamento e coordenadas geográficas, coletas de dados e documentos junto aos proprietários.



Recursos do Fundo da Amazônia serão destinados à contratação de empresa para corrigir pendências e inconsistências em registros de imóveis rurais.

MPF firma acordo de R$ 189 mil que reforçará fiscalização de excesso de peso em veículos de carga em Rondônia



TAC prevê aquisição de equipamentos para o Dnit e estabelece obrigações para que empresa cumpra os limites legais de transporte de cargas.

O Ministério Público Federal (MPF) firmou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com a empresa AJS Tur Turismo para adequar o transporte de cargas aos limites legais de peso e destinar R$ 189 mil ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Rondônia.

O valor será utilizado na aquisição de equipamentos indicados pelo MPF, após consulta ao órgão.

O acordo foi assinado pelo procurador da República Raphael Luis Pereira Bevilaqua e por um representante da empresa.

O compromisso está relacionado a três inquéritos civis que tramitam no MPF relacionados ao excesso de peso no transporte de cargas em rodovias de Rondônia.

Pelo TAC, a empresa deverá cumprir a legislação de trânsito e não permitir a saída de veículos de carga de seus estabelecimentos ou de terceiros contratados com excesso de peso, respeitando as especificações de capacidade dos veículos.

Também deverá informar nas notas fiscais o peso líquido exato das cargas, apresentar a tara dos veículos em documento separado e identificar as respectivas placas. Em caso de autuação pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) ou pelo Dnit, a empresa deverá apresentar os documentos que comprovem a regularidade do transporte.

O valor de R$ 189.056,88 será destinado ao Dnit em Rondônia em duas parcelas de R$ 94.528,44.

Os pagamentos deverão ocorrer em até 30 e 60 dias, respectivamente, após a homologação do acordo. O órgão terá prazo de dez dias, após ser comunicado, para indicar os equipamentos que poderão ser adquiridos.

O compromisso prevê multa de R$ 2,5 mil, corrigida monetariamente, para cada ocorrência de descumprimento da obrigação de não transportar cargas com excesso de peso. Os valores serão convertidos em bens ou serviços indicados pelo Dnit.

O acordo também estabelece que uma autuação por excesso de peso por eixo, isoladamente, não será suficiente para gerar a multa prevista quando a empresa comprovar que o peso total transportado estava dentro dos limites legais e das tolerâncias permitidas.

Efeitos do acordo

O TAC contempla a totalidade do objeto dos três inquéritos civis e das autuações aplicadas até a data de sua assinatura. Após a homologação e o pagamento do valor estabelecido, a empresa não terá outras pendências perante o erário público relacionadas aos fatos abrangidos pelo acordo.

O documento tem eficácia de título executivo extrajudicial, o que permite a cobrança judicial das obrigações em caso de descumprimento. Se a empresa deixar de cumprir a destinação dos recursos, o valor integral de R$ 189.056,88 poderá ser executado imediatamente.

Justiça atende MPRO e suspende empresas por contaminação de resíduos perigosos

A Justiça de Rondônia deferiu pedido de tutela cautelar apresentado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia.

(MPRO) determinou a suspensão imediata das atividades de três empresas, que prestam serviço à concessionária de distribuição de energia elétrica, investigadas por supostas irregularidades na coleta, transporte, armazenamento e destinação de resíduos perigosos, como óleo de transformador.

A decisão foi proferida pela 4.ª Vara Cível de Porto Velho em ação proposta pelo MPRO com base em inquérito civil.

A medida atende pedido formulado pelo Ministério Público diante de indícios de que as empresas estariam operando sem a regularidade ambiental exigida, incluindo possíveis falhas no licenciamento, ausência de autorizações compatíveis para o transporte dos resíduos e falta de autorização do órgão regulador competente para o manejo desse tipo de material.

Segundo a ação, as atividades investigadas representam potencial risco de contaminação do solo e dos recursos hídricos.

Na decisão, o magistrado destacou a presença dos requisitos legais para a concessão da tutela de urgência, especialmente a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ambiental.

O juiz ressaltou ainda que a natureza tóxica dos resíduos e a continuidade das operações sem o devido controle ambiental justificam a adoção de medidas preventivas para evitar danos de difícil ou impossível reparação.

Entre as determinações judiciais está a suspensão imediata das atividades de coleta, transporte, transbordo e armazenamento dos resíduos até que seja comprovada a regularização ambiental.

As empresas também deverão informar os locais de guarda dos veículos e de armazenamento dos resíduos, apresentar documentação referente às operações realizadas e comprovar a adoção de medidas para a destinação ambientalmente adequada do material.

A decisão fixou prazo de cinco dias para o cumprimento das determinações e estabeleceu multa diária de R$ 500, limitada a R$ 10 mil, em caso de descumprimento.



Justiça acata pedido do MPRO e determina suspensão de atividades de empresas investigadas por manejo irregular de resíduos perigosos.

O magistrado também autorizou a adoção de medidas adicionais para garantir a efetividade da decisão, incluindo a lacração e remoção de veículos, se necessário. Uma recomendação foi encaminhada à concessionária para que as contratações das empresas que prestam esse tipo de serviço sejam revistas, para que a atividade siga todas as regras de segurança e ambientais legais.

A atuação do MPRO busca assegurar a proteção do meio ambiente e da saúde pública, com fundamento nos princípios da prevenção e da precaução.

Prefeitura de Porto Velho reforça ações de limpeza e manutenção urbana



Equipes da Prefeitura intensificam serviços de limpeza, manutenção e infraestrutura em Porto Velho.

A Prefeitura de Porto Velho reforçou, os serviços de limpeza, manutenção e infraestrutura em diferentes pontos da capital.

As ações foram executadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), por meio da Secretaria Executiva de Serviços Básicos (Sesb), contemplando ruas, canais e espaços públicos de diversas regiões da cidade.

Os números registrados pelo Limpômetro, ferramenta disponível no canal oficial da Prefeitura de Porto Velho, mostram a dimensão dos trabalhos realizados ao longo do mês.

Ao todo, foram 128.216 metros quadrados de roçagem, 17.522 metros de pintura de meio-fio e 758 quilômetros de limpeza de ruas, serviços que contribuem para a conservação dos espaços urbanos.

Também foram executados 571 serviços de tapa-buracos, buscando melhorar as condições de circulação de veículos e pedestres. Na área de drenagem, as equipes realizaram 500 metros de limpeza de canais, além de 332 metros de instalação de manilhas e tubos e 269 metros de abertura de valas e canais.

Mais do que números, os serviços representam ações que chegam diretamente aos bairros e fazem parte da rotina de quem utiliza as ruas da capital.

A limpeza e a manutenção das vias contribuem para a mobilidade, enquanto os trabalhos de drenagem ajudam a melhorar o escoamento da água, especialmente durante o período chuvoso.

O prefeito Léo Moraes destacou a importância da continuidade dos serviços para atender às necessidades da população.

As intervenções contemplam diferentes necessidades de manutenção urbana. Enquanto a recuperação de trechos danificados busca melhorar as condições de tráfego, a limpeza dos canais e a instalação de estruturas de drenagem contribuem para reduzir os problemas relacionados ao acúmulo de água.

O secretário municipal de Infraestrutura, Liandro Loyola, ressaltou que as equipes atuam de forma integrada para atender às demandas de diferentes regiões da capital. “São serviços que fazem parte do cuidado diário com a cidade.

A programação de limpeza e manutenção continua em diferentes bairros de Porto Velho, conforme as demandas identificadas pelas equipes da Seinfra e da Sesb. Os resultados das ações podem ser acompanhados pelo Limpômetro, que reúne os indicadores dos serviços executados no município.

Primeiro emplacamento com serviço 100% online está disponível para proprietários de veículos em Rondônia



Plataforma online reduz tempo de espera e permite liberação da placa em cerca de 15 minutos após pagamento via PIX.

Realizar o primeiro emplacamento de um veículo em Rondônia tornou-se um procedimento simples, rápido e totalmente acessível. Por meio da Central de Serviços do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO), é possível realizar o Emplacamento Digital, uma solução moderna desenvolvida para evitar deslocamentos e simplificar a rotina do cidadão.

A plataforma foi projetada para tornar cada etapa intuitiva – do envio de documentos à geração de taxas, todo o trâmite é feito de forma online. Para quem escolhe efetuar o pagamento via PIX, a facilidade é ainda maior, com a liberação para a estampagem da placa ocorrendo em cerca de 15 minutos.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a iniciativa visa aproximar a gestão pública da população com soluções práticas.

“O emplacamento digital é mais um avanço na transformação dos serviços do governo, garantindo mais comodidade, eficiência e redução do tempo de espera para a população”, evidenciou.

PROCESSO SIMPLIFICADO

O serviço atende pessoas físicas que adquiriram automóveis, caminhonetes, caminhonetas e motocicletas zero-quilômetro na categoria particular em concessionárias de Rondônia, com nota fiscal emitida há até 30 dias.

Segundo o diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, a ferramenta reflete o compromisso da gestão estadual com a eficiência administrativa. “Estamos consolidando um processo mais moderno e seguro, que permite ao cidadão realizar o primeiro emplacamento em poucos minutos, diretamente pelo celular ou computador, com controle das etapas e redução de custos operacionais”, ressaltou.

COMO EMPLACAR

Acesse a Central de Serviços: centralservicos.detran.ro.gov.br

Em “Serviços e Consultas Restritas”, selecione “Veículos” e, em seguida, “Primeiro Emplacamento”; Faça login ou crie seu cadastro; Envie os documentos: documento oficial com foto, comprovante de endereço, nota fiscal da concessionária e nota fiscal de fábrica do veículo; Informe a chave de acesso da Nota Fiscal Eletrônica e o número do chassi; Gere as taxas e realize o pagamento; Com o pagamento via PIX, a liberação ocorre, em média, em até 15 minutos. Após esse prazo, acesse novamente a Central para emitir a sua Autorização de Estampagem e leve o veículo até a empresa estampadora credenciada para fixar a placa.

Atendimentos específicos — como faturamento direto de fábrica, veículos para Pessoas com deficiência (PcD), táxis, locadoras, produtores rurais e veículos com peso bruto total acima de 3.500 kg permanecem sendo realizados presencialmente nas unidades do Detran-RO. Nesses casos, o usuário deve agendar previamente o atendimento no posto mais próximo.

Porto Velho tem R$ 1,1 milhão descontado do piso da enfermagem



Ministério da Saúde homologou R$ 1,33 milhão para outubro, mas demonstrativo federal indica transferência de R$ 228 mil após compensação de saldo.

A Prefeitura de Porto Velho teve R$ 1.110.602,39 descontados da parcela federal de outubro destinada ao pagamento do piso salarial da enfermagem. O valor consta na Portaria GM/MS nº 12.295, publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (04).

Conforme o demonstrativo do Ministério da Saúde, o município tinha R$ 1.338.667,80 homologados para a competência, mas a transferência indicada ficou em R$ 228.065,41 após o abatimento.

O desconto representa aproximadamente 83% do valor inicialmente homologado. Na tabela oficial, o Ministério da Saúde classifica a diferença como compensação de saldo em conta excedente à soma do último repasse mensal.

O documento não apresenta o histórico detalhado dos recursos acumulados, as datas dos pagamentos realizados pela prefeitura ou a quantidade de profissionais contemplados.

A redução expressiva do repasse chama a atenção pelo percentual descontado em relação ao montante inicialmente previsto. Ainda assim, os dados publicados não permitem determinar como o saldo foi formado nem em que período os recursos deixaram de ser utilizados.

Para esclarecer a composição do valor compensado, seria necessário consultar os registros financeiros da assistência complementar e as informações sobre a execução dos pagamentos pelo município. Esses dados permitiriam compreender a origem do saldo e a relação entre os repasses recebidos e os valores destinados aos trabalhadores.

A assistência financeira complementar da União é destinada a auxiliar estados e municípios no cumprimento do piso nacional da enfermagem.

Os valores são calculados a partir das informações encaminhadas ao Ministério da Saúde e estão sujeitos aos critérios de homologação e compensação previstos nas normas federais. A existência de desconto não significa, por si, que os profissionais tenham deixado de receber os valores devidos. O caso reforça a importância da transparência na aplicação dos recursos federais destinados à saúde e do acompanhamento dos repasses, para que seja possível verificar a utilização dos valores e garantir o cumprimento do piso salarial dos profissionais da enfermagem.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/PMAP/2026

PROCESSO: 1-1133/SEMSAU/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO-RO
CONTRATADA: A empresa MJ CONTRUCOES LTDA, nome fantasia CONSTRUTORA ROCHA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.783.504/0001-74.
DO OBJETO: a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A REFORMA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE OSVALDO CRUZ, DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO.
DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R$ 470.058,53.
DO PRAZO: terá vigência de 01 ano, prazo este, que se contará a partir da ordem de serviço. O prazo de execução dos serviços será de 120 dias corridos, conforme item 5.2 do projeto básico atualizado, prazo este, que se contará a partir da ordem de serviço. O prazo para início da obra é de 10 dias, que se contará a partir da ordem de serviço. Obs.: O Termo assinado nos autos respectivo. O Termo de Fomento em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: 54970000, data de circulação 10/11/2026.

Alto Paraíso/RO, 06 de novembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/PJM/2025.

PROCESSO: 1-265/SEMOSP/2025.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO-RO.
CONTRATADA: Compacta Engenharia LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.791.650/0001-32
DO OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por mais 90 dias, em conformidade com o Processo Administrativo 1-265/SEMOSP/2025.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo. Obs.: O Termo assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: 75FB05B9, data de circulação 10/11/2026.

Alto Paraíso/RO, 04 de novembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 024/PMAP/2026

PROCESSO: 1-1685/SEMOSP/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
CONTRATADA: MRX SOLUÇOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº46.946.845/0001-75.
DO OBJETO: O presente Termo Aditivo consiste na prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato Administrativo nº 024/PMAP/2026.
DA VIGENCIA: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo de vigência e execução do Contrato nº 024/PMAP/2026, compreendendo o período de 11 de novembro de 2026 a 10 de dezembro de 2026, para conclusão do objeto contratual e dos procedimentos de medição, liquidação e pagamento das obrigações decorrentes Obs.: O Termo assinado nos autos respectivo. O Termo de Fomento em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: 336084A6, data de circulação 10/11/2026.

Alto Paraíso/RO, 05 de novembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Polícia Civil descobre rota do tráfico e prende motociclista com 30 pacotes de drogas



Ação resultou na apreensão de 30 pacotes de entorpecentes, além de uma motocicleta e um aparelho celular.

Na noite de sábado (07), a Polícia Civil do Estado de Rondônia, por meio da 1ª Delegacia de Polícia de Nova Mamoré, realizou uma apreensão de drogas durante a Operação Madeira Mamoré, coordenada pela Polícia Federal, no município de Guajará-Mirim/RO.

A ação foi resultado de um trabalho de inteligência e monitoramento desenvolvido pela equipe policial, que identificou uma possível rota utilizada por traficantes para o transporte de entorpecentes até a área urbana de Nova Mamoré.

Durante as diligências, os policiais civis interceptaram um motociclista que transportava um saco contendo 30 pacotes de substâncias com características de cocaína e crack. O suspeito foi preso em flagrante. Na ocasião, também foram apreendidos uma motocicleta e um aparelho celular.

A Operação Madeira Mamoré conta com a atuação integrada da Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON) e núcleos especializados de inteligência, fortalecendo as ações de enfrentamento à criminalidade na região de fronteira.

A apreensão reforça a importância do trabalho investigativo e de inteligência desenvolvido pela Polícia Civil, bem como da atuação conjunta entre as forças de segurança pública no combate ao tráfico de drogas e na repressão às atividades criminosas em Rondônia.

As investigações devem prosseguir para apurar a origem dos entorpecentes, identificar possíveis envolvidos na rota de distribuição e combater a atuação de grupos criminosos na região de fronteira.

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

ADESÃO Nº 22/26 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/24

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), no uso de suas atribuições legais, AUTORIZA a ADESÃO Nº 22/26 pela Sec. M. de Saúde - SEMUSA, à Ata de Registro de Preços nº 085/24 – CODANORTE , cujo objeto é a aquisição de veículo de transporte sanitário com acessibilidade para cadeirante provenientes de recursos oriundos de emenda parlamentar federal proposta nº 08673415000125019-2025, para atender as necessidades da Prefeitura de Chupinguaia, com a empresa MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, perfazendo o valor total do certame R$: 326.593,88 (trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), em conformidade com o art. 86§2º da Lei 14.133/2021,
observadas as condições estabelecidas na respectiva Ata de Registro de Preços e demais exigências legais aplicáveis. Gabinete do Prefeito, 09 de novembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Proc. Adm. nº 1213/26, conforme o P. E. nº 84/26. Após a tramitação legal, foram consideradas vencedoras pelo Pregoeiro, as empresas: LEADERSHIP PRODUTOS PARA SAUDE E PESQUISAS LTDA - CNPJ: 51.885.451/0001-94 lote: 01 - valor total de R$ 8.999,00 (oito mil novecentos e noventa e nove reais); CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA - CNPJ: 26.093.205/0001-52 (lotes: 02, 03, 05 e 06 - valor total de R$ 61.027,21 (sessenta e um mil, vinte e sete reais e vinte e um centavos) e CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 10.541.396/0001-38 (lote: 04 - valor total de R$ 70.999.99 (setenta mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Perfazendo o valor total de R$ 141.026,20 (cento e quarenta e um mil e vinte e seis reais e vinte centavos). Cumpridas as exigências do P. E. apresentado os menores preços para os itens de acordo com a Ata Final do Pregoeiro e Termo de Adjudicação.

Chupinguaia-RO, 05 de novembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 45/2026
PROCESSO nº 1313/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE-RO, através do Pregoeiro nomeado por meio da Portaria nº 87/GAP/2025, no exercício das atribuições que lhe são conferidas da sua designação, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se instaurada a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 45/SML/2026, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM, em conformidade com a Lei nº 14.133, Lei nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 2274/2022, Decreto Municipal nº 2284/2022, Decreto Municipal nº 2633/2024, Decreto Municipal nº 3182/2026 e demais legislações aplicáveis, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação com sessão eletrônica no dia 24 de novembro de 2026 às 09h00 (horário de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DESTINADAS À COLETA, ACONDICIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, COMPREENDENDO LIXEIRAS ECOLÓGICAS DECORATIVAS, LIXEIRAS TIPO CONTÊINER PLÁSTICO E LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE/RO.
APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTAS E LANCES.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 11 de novembro de 2026.
DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 24 de novembro de 2026 às 08h59 horas.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 24 de novembro de 2026, às 09h00 horas.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 86.161,92 (Oitenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e noventa e dois centavos).
TODOS OS ITENS E SUAS RESPECTIVAS DESCRIÇÕES ENCONTRAM-SE NOS ANEXOS I e II, TERMO DE REFERÊNCIA e QUADRO DE DETALHAMENTO DE ITENS, RESPECTIVAMENTE.
Consulta e retirada das 07h:00min. às 12h:00min. Das 14h:00min as 17h:00min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da prefeitura Municipal, ou, gratuitamente nos endereços www.saofelipe.ro.gov.br ou www.licitanet.com.br Outras informações através dos telefones: (69) 3445-1102 (69) 99234-3960 ou email cpl@saofelipe.ro.gov.br.

São Felipe D'Oeste/RO, 09 de novembro de 2026.

(assinado de forma eletrônica)

Matheus Assunção Santos
Pregoeiro/ Agente de Contratação
Portaria nº 87/GAP/2026



Desportiva Itapuense e Gazin Porto Velho goleiam e fazem a final do Sub-20 Feminino



Itapuense e Gazin Porto Velho goleiam e decidem o Rondoniense Sub-20 Feminino.

Equipe de Itapuã do Oeste vence o Tênis Clube por 4 a 0, enquanto a Locomotiva supera o Sport Genus por 5 a 0; decisão do título ocorre no CDF Heitor Costa

Estão definidas as equipes finalistas do Campeonato RondonienseFemininoSub-20.

Em tarde de semi-final movimentada no Centro de Desenvolvimento do Futebol Heitor Costa (CDF), em Porto Velho, a Desportiva Itapuense venceu o Tênis Clube por 4 a 0.

O resultado garantiu o time de Itapuã do Oeste na grande decisão do estadual contra o Gazin Porto Velho.

A finalíssima entre Gazin Porto Velho e Desportiva Itapuense será disputada no próximo sábado, às 16h, no próprio gramado do CDF Heitor Costa.

Show de Aldenira e goleada da Desportiva Itapuense.A Desportiva Itapuense construiu a vitória sobre o Tênis Clube ainda na etapa inicial.

Aos dez minutos de jogo, a atacante Aldenira abriu o placar com um chute por cobertura na entrada da área,aproveitando os espaços cedidos nos contra-ataques, a equipeampliouavantagem.

Aldenira recebeu lançamento em velocidade e finalizou deslocando a goleira; a zaga adversária ainda tentou cortar sobre a linha, mas acabou desviando para o próprio gol.

O terceiro gol saiu após cobrança de escanteio e bate-rebate na pequena área, finalizado pela jogadora Josiane.

Antes do apito para o intervalo, Aldenira recebeu novo lançamento de frente para a meta e marcou seu terceiro gol na partida, selando o placar em 4 a 0. No segundo tempo, a equipe apenas administrou o resultado, superando inclusive uma penalidade desperdiçada.

Árbitros e assistentes da FFER fazem atividades avaliadoras para temporada Rondoniense 2027

Os árbitros e assistentes do quadro da Federação de Futebol do Estado de Rondônia concluiram as atividades das avaliações habilitadoras para temporada 2027.

Visando a melhor preparação dos árbitros, a Comissão de Arbitragem da FFER, SINDARFER, Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de Rondônia e parceiros realizaram a as avaliações com árbitros e assistentes, que começam a partir do Rondoniense 2027 já no dia 16 de janeiro.

A maioria dos árbitros e assistentes que pertecem ao quadro da FFER participaram das atividades habilitadoras para temporada 2027, com equipe médica acompanhando as ações que foram conduzidas pela instrutora física da FIFA Isabel Moura que coordenou todas as atividades.

"são atividades habilitadoras, que fazem parte da rotina da arbitragem, além de saber das condições físicas de cada um deles, são atividades importantes e indispensável para eles desempenherem bem seu papel dentro de campo", frisou Isabel.

Com atuação na formação e avaliação física da arbitragem desde 2016, Isabel também integra, desde 2020, a equipe de profissionais que participa das avaliações físicas promovidas pela CBF em diferentes estados brasileiros. Recentemente Isabel participou da aplicação do teste habilitador FIFA 2027, seguindo os protocolos estabelecidos pela FIFA e pela CBF.

Para o presidente do SINDARFER, Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de Rondônia, é muito importante as avaliações rotineiras realizadas em parceria pela FFER, SINDARFER e outros parceira, "porque são eles, a arbitragem e o futebol que ganham com árbitros e assistentes bem preparados para conduzirem da melhor forma possível os jogos do Rondoniense Série A e de toda temporadade de 2027, graças a essa seriedade e responsabilidade estamos com árbitros e assistentes representante brilhantemente.

A arbitragem rondoniense, é no VAR, é em campo, é no grupo Pró da CBF então estamos bem servidos na arbitragem", frisou Servílio Patrício.

Em breve a comissão de arbitragem da FFER deve realizar a reavaliação física e teórico para os ausentes nessa primeira etapa.

Com a conclusão desta primeira etapa de avaliações, a expectativa é de que a arbitragem rondoniense esteja ainda mais preparada para os desafios da temporada 2027.

A partir do início do Campeonato Rondoniense Série A, em 16 de janeiro, árbitros e assistentes deverão colocar em prática a preparação realizada, contribuindo para partidas mais seguras.



As atividades foram realizadas sob o comando da instrutora FIFA Isabel Moura no município de Ji-Paraná.

